

O EU E O OUTRO: INDIVIDUALISMO, ALTERIDADE E CIDADANIA – QUESTÕES PARA A EDUCAÇÃO

CRUZ, Gisele Thiel Della
DEMETERCO, Solange Menezes da Silva

RESUMO

O presente trabalho propõe uma abordagem sobre a construção do individualismo, da vigilância e da coerção modernas, tão caras à sociedade industrial. Em oposição, discute a noção de alteridade e respeito/conhecimento das diferenças. Os meios midiáticos são um ponto de análise e de referência para formular as concepções de indivíduo e do outro, assimiladas pela juventude. O artigo se desdobra ao discutir funções para a educação e para o educador na construção de um convívio humano “humanizado”, plural e ético.

PALAVRAS-CHAVE

Alteridade. Identidade e cidadania. Meios midiáticos. Educação.

Num mundo marcado por tantos conflitos relacionados ao crescente individualismo, à intolerância e ao não reconhecimento das diferenças, e dentro de um novo papel que deve ter o professor e a escola, faz-se necessário discutir a alteridade e o respeito ao outro. Este é o desafio a ser enfrentado tanto na vida pessoal quanto na prática pedagógica.

Questões apontadas pelas Ciências Humanas e os estudos sobre o outro – objeto por excelência dessas ciências - e a idéia de que não há identidade sem esse outro, proporcionam pensar a alteridade como algo que enriquece e capacita a pessoa a tentar agir na construção de um mundo melhor para todos. Quando se fala “em mundo melhor” não está se falando aqui de uma questão utópica ou completamente abstrata, mas sim de uma tentativa de se trazer de volta a ética como ponto central de referência para as relações sociais.

A questão ética se coloca de forma crescente em todas as instâncias da vida social, em todos os setores da atividade humana e, finalmente, a cada indivíduo. Hoje tornou-se indiscutível o sentimento de que é urgente que se revisem as práticas sociais à luz da ética

como forma de se construir uma sociedade mais fraterna.

O próprio desenvolvimento do capitalismo, de início marcadamente voltado para o enriquecimento individual e o desenvolvimento técnico e financeiro, foi se deslocando ao longo da história da produção para o consumo. Isso ocorreu em parte pelo crescimento do mercado e a crescente sofisticação dos produtos, apontando para a necessidade constante de produzir mais e satisfazer os consumidores, tendo como meta a qualidade de vida. O que se percebe é que pouco se refletiu ao longo desse caminho sobre o que seria essa “qualidade de vida”. As relações entre os homens também seriam analisadas pelo critério de qualidade? O que seria ter qualidade quando se fala em convivência? Teria sido bastante promissor se essa mudança tivesse sido orientada a partir da lógica do mais para o melhor, isto é, da quantidade para a qualidade. Mas o que se nota, particularmente quando se fala em alteridade, é que nem sempre foi isso que aconteceu. E o que se pretende discutir é que falar em qualidade das relações sociais, em última instância, seria reorientar essas relações para a ética. Nesse sentido, parece

ser efetivamente falar em qualidade de vida, em humanidade, em respeito à alteridade e às identidades plurais.

A escola se coloca nessa discussão na medida em que tem como uma de suas funções a socialização (sem coação) do indivíduo e a discussão de valores. Falar em qualidade em educação é lembrar do objetivo maior de todo educador que vem a ser a perspectiva *do que* os educandos devem se tornar. Muito mais do que pensar em conteúdo e bons desempenhos em provas e concursos, o que interessa efetivamente é que se realizem como seres humanos. Trata-se de procurar despertar, orientar e dar sustentação a um processo de amadurecimento e reflexão crítica que os torne cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Nesse processo, o educador poderá se debater com a insatisfação e a impaciência do educando, uma vez que tanto o aluno quanto suas famílias muitas vezes não percebem a profundidade e o alcance desse projeto, cobrando da escola resultados mais concretos e imediatos. A pressão para atender ao modelo social hegemônico de “pessoa bem sucedida” muitas vezes atropela o processo.

Conseguir tornar atraente o processo de construção de um convívio humano “humanizado”, fundado na justiça, na solidariedade e, finalmente, no respeito ao outro é um dos maiores desafios da escola e do educador na atualidade. São muitas as “atrações”, especialmente para os jovens, que parecem não acreditar mais em boa parte daquelas regras e normas que devem ser observadas na vida social e pessoal, na política e nas relações econômicas. Questionam qualquer exigência que signifique um limite imposto, questionam valores e muitas vezes não compreendem a liberdade como autodeterminação.

Educar eticamente pressupõe esse processo de orientação rumo à liberdade consciente, e não ficar discutindo o que é permitido, proibido ou obrigatório. Não se pode “obrigar” alguém a respeitar o outro, mas é possível proporcionar

oportunidades para tornar as relações entre as pessoas mais justas e solidárias, ao mesmo tempo em que se tenta combater o preconceito. Por meio de uma pedagogia ética se criam as condições para o bem comum e o respeito mútuo, enfim, para a realização dos indivíduos como sujeitos éticos. É fundamental que os educandos percebam a importância do outro para a sua própria identificação.

A preocupação com a identidade acaba por gestar a modernidade e com ela se expande, trazendo consigo a questão da individualidade como subjetividade. Para Touraine,

[...] a idéia de modernidade [...] foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões. (TOURAINÉ, 1994, p. 9).

E continua o autor questionando: “sobre o que repousa essa correspondência de uma cultura científica, de uma sociedade ordenada e de indivíduos livres, senão sobre o triunfo da razão?” (idem). Dessa forma, “a humanidade, agindo segundo suas leis, avança simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade” (idem).

Mas, assim como Touraine, pergunta-se: mas de que liberdade e felicidade pessoal está se falando? Como lidar com a desigualdade, a exclusão, a segregação, a intolerância e o preconceito crescentes em várias sociedades e/ou grupos sociais? O próprio autor faz uma crítica contundente a essa modernidade que perdeu sua força de libertação e criação. Afirma que “[...] ela [a modernidade] resiste tão mal às forças adversas como o apelo generoso aos direitos do homem, ao crescimento do diferencialismo e do racismo” (ibidem, p. 12-13). Entretanto, não se trata de simplesmente negar ou descartar a racionalidade ou o individualismo, mas sim de incorporar idéias como igualdade, solidariedade e justiça, em direção a uma sociedade fundada

sobre valores integradores.

Cresce também a tensão entre o individual e o coletivo, o público e o privado, o contextual e o universal. Valores tidos como universais são questionados em prol do bem-estar individual. O confronto com o outro, de certa forma tão presente em toda a história da humanidade permanece como algo “estranho”, “difícil” e aparentemente sem possibilidade de resolução. Mas será novamente Touraine que lembrará que “modernidade não é separável da esperança. Esperança colocada na razão e nas suas conquistas, esperança investida nos combates libertadores, esperança depositada na capacidade de cada indivíduo livre de viver cada vez mais como Sujeito” (ibidem, p. 309).

Na atualidade tem-se a forte presença da tecnologia na mediação dos contatos sociais, chegando mesmo a criar e/ou modificar as relações sociais. A juventude tem sido a camada da sociedade que mais facilidade tem em implementar e vivenciar essa comunicação mediada pela tecnologia, especialmente pela informática.

A grande mídia e as redes informacionais têm um papel importante (e nem sempre positivo) na construção do conhecimento e de percepções relativas à diversidade. Mas o que se tem observado é que também tem propiciado movimentos reacionários que podem levar à discriminação e ao repúdio ao diferente. O diálogo e o respeito ao outro podem promover mudanças, ainda que modestas, e dar o início a um processo que se quer maior: a remodelação de valores sociais e a mudança de comportamento, contrapondo-se às atitudes extremistas que podem, em última instância, desencadear violência.

A presença e utilização da técnica a serviço também do convívio social é um desdobramento quase que natural do avanço da sua disseminação em todas as instâncias da vida social. E o que se deve questionar não é o fato de ser isso benéfico

ou não para a humanidade, uma vez que “[...] uma técnica não é boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades).” (LÉVY, 2000, p. 26). Também, segundo o autor, não é o caso de avaliar seus impactos, “mas situar as irreversibilidades às quais um de seus usos nos levaria, de formular os projetos que explorariam as virtualidades que ela transporta e de decidir o que fazer dela.” (idem). A técnica em si não é positiva ou negativa, e nem promove o sucesso ou leva ao fracasso do indivíduo, uma vez que a responsabilidade é e sempre será daqueles que a concebem, executam e utilizam².

Esse é o foco da discussão proposta nesse artigo: refletir como os jovens têm utilizado a tecnologia da comunicação, especialmente a televisão (com foco nos chamados *reality shows*) e a internet, que permite o acompanhamento em tempo real desse tipo de atração, bem como a troca de impressões sobre o que se observa. Afinal, de acordo com Lévy, “a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes.” (ibidem, p. 123). Além disso, busca-se pensar de que maneira a disseminação da comunicação virtual tem contribuído para promover o intercâmbio entre diferentes e o quanto esse processo tem promovido o diálogo e o respeito ao outro e como esses processos podem ser tratados na escola, particularmente entre alunos de Ensino Médio.

O uso da tecnologia e as formas de utilizá-la se caracterizam pela rapidez com que se impõem, mal dando tempo de se conscientizar dessas idéias, práticas e produtos. De acordo com Lévy

² Sobre o ciberespaço como suporte da inteligência coletiva, ver a obra supra citada de Pierre Lévy, *Cibercultura*.

se nos interessarmos sobretudo por seu significado para os homens, parece que [...] o digital, o fluido, em constante mutação, seja desprovido de qualquer essência estável. Mas, justamente, a velocidade de transformação é em si mesma uma constante – paradoxal – da cibercultura. Ela explica parcialmente a sensação de impacto, de exterioridade, de estranheza que nos toma sempre que tentamos apreender o movimento contemporâneo das técnicas. (ibidem, p. 27).

O fenômeno do crescimento do ciberespaço e das redes digitais interativas pode acabar por gerar isolamento, sobrecarga cognitiva e de informações, dependência, dominação e até mesmo exploração³. O chamado mundo virtual remete às idéias de técnica, de corrente e ao mesmo tempo não deixa de ter um caráter filosófico. Para esclarecer do que se está falando, vale recorrer novamente a Pierre Lévy, quando o autor distingue esses três aspectos da palavra “virtual”:

Na acepção filosófica, é virtual aquilo que existe apenas em potência e não em ato, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma atualização. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está virtualmente presente no grão). No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas no uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar a irrealidade – enquanto a “realidade” pressupõe uma efetivação material, uma presença tangível. [...] Em geral acredita-se que uma coisa deva ser ou real ou virtual, que ela não pode, portanto, possuir as duas qualidades ao mesmo tempo (ibidem, p. 47).

E o que se percebe no cotidiano de quem faz uso das tecnologias que envolvem o ciberespaço é que parece “escapar” ao usuário essa dimensão da virtualidade, passando a perceber a realidade virtual como real, chegando, muitas vezes a negligenciar e até

mesmo repudiar a realidade concreta.

Não são raros os casos em que o jovem se fecha no seu “mundo virtual” em detrimento à vida real e aos compromissos e responsabilidades a ela correlatos. E mais: a possibilidade de “vir a ser o que não é” torna-se bastante atraente, tanto entre indivíduos que não negam suas vidas, mas também entre aqueles que procuram viver uma vida diferente da sua. Para isso se espelham em personagens da televisão e criam para si identidades falsas, atribuindo a si próprios características que gostariam de ter e que consideram importantes para se obter distinção social.

Advém desse processo certo prazer em “enganar” ou ludibriar o outro, esquecendo que se trata antes de tudo de um auto-engano. Assim, tem-se casos de indivíduos que, por não aceitar sua condição, forjam características físicas, uma condição social e econômica, inventam falsas identidades e obtêm disso um prazer que “[...] não se realiza no ato efetivo, mas sim na apropriação do fetiche que o antecede.” (ZUIN, in LASTÓRIA, 2001, p. 185).

Ainda segundo o autor,

A eufórica sensação do “poder fazer tudo” parece espalhar-se com grande força, e também no psíquico as fronteiras e os limites de realização do desejo tornam-se cada vez mais difíceis de serem observados e sentidos. Isso significa, nos casos extremos, que a construção da individualidade não se baseia no estabelecimento de planos coletivos fundamentados na efetivação das diferenças e no convívio democrático. Ao contrário, os planos coletivos e a própria formação das identidades se limitam crescentemente ao momento de exclusão e, até mesmo, eliminação do outro. A tolerância mútua parece ser realizada apenas para aqueles eleitos que se reconhecem como “iguais”. Acima de tudo o que conta é a satisfação imediata do desejo de se sentir alguém no meio de uma multidão ilusoriamente diferenciada (ibidem, p. 190).

Essa parece ser a idéia central que norteia o comportamento e as atitudes dos jovens diante da possibilidade de ser o que não são, de viver

³ Sobre a emergência do ciberespaço, ver Pierre Lévy, *Cibercultura*, cap. II, 2000 (ver referência completa no final do artigo). E sobre o surgimento da rede digital ver também, do mesmo autor, *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Ed. 34, 1993.

a vida que não têm e de excluir aqueles que percebam como diferentes. E o impressionante é que muitas vezes discriminam e/ou excluem aqueles que efetivamente são iguais ao que eles próprios são na vida real, orientados pelo personagem que criaram para si.

O preconceito e a discriminação existem também no cotidiano escolar. Eles podem ser observados no discurso e nas atitudes dos diversos atores envolvidos no processo educativo, sejam professores, alunos, gestores e funcionários de escolas, autores de livros didáticos e outros. Piadas racistas ou de cunho sexista ou religioso são comuns no ambiente escolar, assim como alguns livros didáticos que discriminam, desvalorizam e/ou desqualificam determinados grupos. O imaginário preconceituoso contra o diferente é construído socialmente e pode se cristalizar na escola se não houver um trabalho contínuo de discussão de temas delicados como religião e diferenças sociais, culturais, étnicas e outras.

A discussão sobre a pluralidade cultural é fundamental e por isso foi contemplada quando da edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que se colocam como proposições para a elaboração de orientações didáticas e práticas pedagógicas (PCN, v. 1, p. 26).

O papel da educação é primordial para a reflexão sobre as diferentes culturas que configuram social e historicamente a sociedade – é trazer o tema do multiculturalismo para a sala de aula. Conforme aponta Boaventura Santos, é necessária uma orientação multicultural nas escolas, passando pelos currículos e que contemple a discussão (nem sempre pacífica...) entre políticas de igualdade e da diferença. O autor afirma que “as versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos” (SANTOS, 2003, p. 33).

Vera Candau aponta para o fato de que é nas situações concretas de discriminação que se pode atuar. A autora destaca a proposta do interculturalismo, que é a inter-relação dinâmica entre as diferentes culturas presentes na sociedade, chamando a atenção para a complexidade que assume a educação nesse processo. Tentar romper com a tradicional homogeneização, padronização e uniformização que comumente caracteriza o ensino pode colaborar para diminuir a segregação, a desunião e a exclusão. Tem-se, a partir do reconhecimento da diversidade como riqueza e não negatividade, uma perspectiva intercultural na educação. Ao citar um dos critérios básicos para uma educação fundada nesses princípios, Candau deixa claro que a

educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos ou por determinadas áreas curriculares, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar a cultura escolar e a cultura da escola como um todo, a todos os atores e a todas as dimensões do processo educativo, assim como a cada uma das escolas e ao sistema de ensino como um todo (CANDAU, 2002, p. 99.).

A simples inclusão da pluralidade cultural proposta nos Parâmetros Curriculares como um tema a ser trabalhado no cotidiano escolar, não significa necessariamente que na prática se efetiva. É preciso que esse tema seja também incluído nos currículos e nos programas de cada disciplina, uma vez que

[...] a temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (PCN, op.cit., p. 16).

Torna-se fundamental a discussão sobre a dignidade do ser humano, a luta pela

igualdade de direitos, a tentativa de combater todas as formas de discriminação e promover a solidariedade e o respeito. Assim, “[...]cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.” (ibidem, p. 24), lembrando sempre que “pluralidade vive-se, ensina-se e aprende-se”. (ibidem, p. 39).

A escola como instituição voltada para a constituição de sujeitos sociais deve tentar mostrar as diversas formas de organização da sociedade, desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e grupos sociais, explicitando que a pluralidade e o respeito ao outro é fator de fortalecimento das culturas e de entrelaçamento das diferentes formas de organização social. Assim, entende-se como fundamental que o aluno tenha o máximo de oportunidades para conhecer e valorizar as diferentes culturas, seus componentes históricos e o dinamismo das transformações sociais. A escola pode ser um espaço capaz de reconfigurar as relações humanas e promover um processo dinâmico e sistemático de transformação social.

É um traço da sociedade contemporânea ocidental o sentimento de impotência ou imobilidade diante das desigualdades e do ataque à dignidade humana. Posição essa que é alimentada por ações individualistas e pelo crescente narcisismo.⁴

O individualismo que se constitui na sociedade do século XX tem, de alguma maneira, suas raízes naquele forjado pela sociedade

burguesa industrial do século XIX⁵. Se, por um lado, aquele individualismo expunha o sujeito ao mundo público e o levava à construção de uma identidade pública e política, por outro lado, a esfera privada o encerrava dos olhos do mundo. O espaço das relações “externas” não mais se articulava à rede de amigos e de favores. Famílias e homens de negócios tinham os mesmos sobrenomes até o setecentos e parte do oitocentos. A competitividade e um bom negócio passa a valer mais nesse novo mundo capitalista.

A sociedade burguesa do XIX impõe “[...] a instituição de um novo imaginário social, de novas formas de percepção cultural e de uma nova sensibilidade” (CORBIN, 1987, p. 14). A via pública é o pânico e o artificial. No público as coisas são frias e fingidas, no exílio interior recobramos as defesas e a segurança, livres do “olhar do outro”. Essa sociedade sucumbe o ser humano aos encantos do “mundo interior” e as maravilhas do lucro, da manipulação econômica e do que Sennett denominou de “declínio do homem público”.

Adjetivos e valores facilmente encontráveis anteriormente, na sociedade do Antigo Regime, como honra, pudor, fidelidade e amizade trazidos à cena do social e ao público sem máscaras e aparências, no “ritual da etiqueta” e no que Elias denominou “vida na sociedade de corte”⁶, caem por terra na sociedade burguesa. A sociedade do século XIX é carregada de individualismo, indiferenças e

4 O individualismo do século XIX é uma manifestação interior que Sennett denominou “narcisismo”. Sobre a idéia de narcisismo elaborada pelo autor, ver (SENETT, 1998, p. 21).

5 Segundo Margareth Rago, as novidades desse espaço de sociabilidade, o espaço público, aliado às tecnologias trouxeram consigo problemas de segunda ordem como: a mendicância, o roubo, a prostituição, o desemprego, as doenças, a competitividade, as greves,.. Essas questões, por sua vez, ascenderam as práticas do individualismo moderno e a decadência da esfera pública, fortalecendo as estratégias disciplinares que promovem o indivíduo inodor, sem rosto e aparentemente ausente de desejos e emoções (RAGO, 1993, p.13).

6 Conceito construído por Norbert Elias para identificar os costumes da sociedade de corte e o processo de civilização do ser humano (ELIAS, 1994).

máscaras sociais. Dissimulam-se sentimentos, afetos, cordialidades e ideais – práticas de sociabilidade restritas à esfera privada, nunca explícitas no/ao espaço público.

É com o florescer da sociedade urbano-industrial que se observa a rapidez das comunicações; os cuidados e as práticas de higiene e da saúde pública, as noções de esquadramento das vias e dos limites urbanos e, porque não, da própria vida de seus habitantes. Os poderes do Estado impõem a norma, a disciplina e a conduta à família, célula primária da sociedade. Para isso, o Estado se vale dos discursos de médicos, de engenheiros, da literatura. A mesma sociedade do XIX confina a mulher ao espaço doméstico e, aliada aos “poderes” de Estado, em suas múltiplas instâncias, redefine a família burguesa e operária.⁷ O espaço da casa é controlado, no entanto, não é exposto.

Norteados por esse comportamento típico da sociedade burguesa, o século XX emergiu tomado pela filosofia do narcisismo. No século XX, segundo Tedesco, o individualismo ganha um novo contorno, sai especificamente da esfera política e econômica e passa a envolver e estar relacionado ao “estilo de vida”. De acordo com o autor, “a forma de individualismo dá ênfase sobretudo à auto-expressão, ao respeito à liberdade interna, à expansão da personalidade.” Nesse sentido, o autor afirma que cada um deveria criar uma forma de vida para si.

O que Tedesco sugere é que a família moderna tem uma nova constituição e novos papéis que podem ser assumidos pelos envolvidos. A família nuclear burguesa do século XIX ganha um novo arranjo. No século XX, a incorporação da mulher pelo mercado

de trabalho, o menor número de filhos, entre outros fatores, redimensionou e redirecionou os papéis e os gêneros. Em contrapartida, o espaço de atuação da família na construção do cidadão tem sido outro ou, por vezes, assumido por outras instituições como escolas ou clubes. Ainda, uma parte desse espaço de atuação da família tem sido preenchida pelos meios de comunicação, principalmente a televisão. Mas suas mensagens têm sido assimiladas sem um critério prévio de seleção e de cuidado.

Esse novo cidadão da modernidade é formado em grande parte por dados, informações, valores que são derramados cotidianamente pela televisão com uma proporção assustadora. Valores comportamentais, formas de atuação social, referenciais conceituais e padrões de consumo são revelados e apropriados dos meios midiáticos.

Como já foi discutido aqui, a sociedade atual incentiva as condutas de sucesso e o culto ao prazer imediato a qualquer custo, impondo, sobretudo aos adolescentes e jovens, a competitividade e o individualismo. O jovem ao optar pela exclusão e não pela solidariedade, pelo egoísmo e não pela generosidade, pelo imediatismo e não pela posteridade referencia um comportamento e uma postura social.

Ao se falar de jovens deve-se lembrar que há vários fatores que influenciam o comportamento do adolescente, além dos sócio-culturais; existe um embasamento psico-biológico que confere uma característica quase universal aos jovens e à sua maneira de ser. Sendo um período de transição, a adolescência tem um caráter de transformação, quando o indivíduo faz uma reformulação de conceitos sobre si mesmo e sobre o mundo. O caráter imediatista do comportamento dos jovens, a instabilidade, a oscilação entre tantos valores (muitos contraditórios e/ou que não condizem com o que observam na prática do mundo), a importância que adquire o grupo no qual se insere, entre outras, são características que definem esse período de vida.

⁷ Sobre o esquadramento do espaço urbano, normatização e disciplina da família e da mulher (burguesa e/ou operária) no Brasil é interessante ver os trabalhos de Jurandir Freire Costa – Ordem médica e norma familiar - e Margareth Rago – Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930), entre outros autores.

OS MÚLTIPLOS CONTATOS COM O OUTRO: REALITY SHOWS TELEVISIVOS E O MUNDO DA INTERNET

Ao contrário do que se projetou sobre a sociedade burguesa do XIX, em que era preciso vigiar e punir⁸, instituindo uma rígida disciplina em todos os espaços sociais, seja público ou privado, guardando e dissimulando o olhar que tudo via, do que Foucault menciona serem olhares que devem ver sem ser vistos, das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, as modernas sociedades invertem essa lógica e tornam visível o seu papel de vigia, expondo ao público, à rua, o que é da esfera privada. Dessa forma, a vida nas sociedades contemporâneas passa a ser permanentemente observada, controlada, monitorada.

Mediante a falta de perspectivas e de estímulos, uma vez que o espaço público político tornou-se desinteressante e pouco atrativo, a juventude volta suas preocupações para si e fortalece a idéia de individualismo e de narcisismo. Constrói em torno de si um mundo sofisticado para a sua sobrevivência, de relações pouco comprometedoras que, ao toque da mão, podem ser desligadas/desconectadas. A diversidade do mundo midiático favorece essa nova dimensão/construção do sujeito e das relações por ele estabelecidas. Trata-se, ao mesmo tempo, do descomprometimento e da possibilidade de tornar explícito o olhar sobre o outro e de exercer a capacidade de controle.

George Orwell, em seu livro “1984”, descreve o domínio do Estado totalitário sobre tudo e todos. O controle estatal era mantido por

uma espécie de olho eletrônico que espionava as pessoas em todos os lugares. Escrito na década de 40, a obra narra a vida de um homem (Winston) que vive em uma sociedade onde todos os cidadãos são observados 24 horas por dia, por teletelas e câmeras ocultas, exigindo total fidelidade ao sistema vigente. Esse era o lema, ou melhor, as três divisas do Partido: “Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força.” Numa estrutura pautada no controle e em instituições tais como a Polícia do Pensamento e o Ministério da Verdade, o Grande Irmão zelava por todos, sempre vigiados, uma vez que

[...] qualquer barulho que [fizessem], mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que freqüência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo que observasse todo mundo ao mesmo tempo (ORWELL, 1984, p. 8).

Trata-se de uma crítica aos regimes totalitários onde não há espaço para o indivíduo livre e desejoso de cidadania. Através de uma metáfora, o autor discorre sobre a capacidade de controle que o Estado tem sobre os cidadãos, construindo o termo *Big Brother*, o Grande Irmão. De certa maneira tornou-se quase que uma antevisão dos dias atuais, quando o poder é exercido sob as mais diversas formas: por governantes inescrupulosos, pela propaganda, pela mídia, etc. A adoção da expressão *big brother* é por si mesma emblemática. Particularmente em um caso, os criadores do programa de televisão não tiveram a preocupação de “camuflar” a verdadeira intenção ou, melhor dizendo, a idéia que inspirava a nova atração: a banalização do *eu* e da dignidade humana em nome da fama instantânea e fugaz. A fama a qualquer custo precisa ser questionada, especialmente quando advém da experiência que antecipa a obra, isto é, a fama *é a própria obra*. Nesse momento, realmente parece ser fundamental discutir-

8 Termo que faz referência à obra de Michel Foucault, *Vigiar e punir*, na qual o filósofo destaca as formas de controle e os meios e os métodos coercitivos e punitivos utilizados pelos homens, desde sociedades passadas até a Modernidade. A construção da idéia de controle aparece mais especificadamente no capítulo “O Panoptismo”.

se sempre a questão da dignidade humana sustentada pela auto-estima que, por sua vez, impulsiona a construção da cidadania plena.

Dessa mesma maneira, no formato do Big Brother, inspirado na ficção de Orwell, criam-se inúmeros *reality shows* televisivos. A vigilância que não mais coage e dissimula, mas explicita o que é íntimo.

Na televisão brasileira o Big Brother, desenvolvido pela produtora holandesa Endemol e exibido em 17 países, caiu no gosto e na curiosidade do público. Esse tipo de programas apareceu pela primeira vez na década de 1940 e mostrava pessoas em situação de improviso e podem ser vistos como os precursores do gênero *reality shows*. Muitos outros vieram depois, como *An American Family* (1973), *Cops* (1989) e *Number 28* (1991).

O perigo para o qual Orwell chamava a atenção – uma sociedade controlada pelas telas e por uma figura obscura, oculta criada pela propaganda do regime, de certa forma reaparece nos *reality shows* televisivos, que assumem um caráter de *voyerismo* e invasão de privacidade. Da crítica original ao totalitarismo chega-se à aceitação do controle, do vigiar e caso fosse o caso, do punir. Essa privacidade “criada” pela produção e pelos participantes dos programas é para ser mostrada ao público, constituindo-se em mais um modo pouco sutil e indireto de exercício do poder.

A vida passou a ser instrumentalizada e controlada pela produção audiovisual. Nesse mundo de vigiar tem-se uma lógica pautada na idéia de que “eu sei tudo do outro, elimino o outro quando não me agradam as suas atitudes, mas não me comprometo com ele”.

De acordo com o que se discutiu anteriormente, programas nesse formato se enquadram nesse novo mundo virtual, ao lado e articulados com outras coisas relacionadas a essa realidade virtual, tais como *blogs*, *fotologs*, vídeos, supostos flagrantes, muitos transmitidos

via *webcams*, entre outras, todas com o objetivo de tornar visível algo que supostamente – e muitas vezes –, deveria ser preservado ou mesmo oculto. A exposição que a internet e programas como os *reality shows* promovem parecem satisfazer o desejo dos jovens de liberdade, visibilidade, reconhecimento, pertencimento e distinção.

E quando se fala e se trabalha com jovens torna-se primordial a discussão dos mecanismos utilizados para o uso do poder, por se tratar de uma faixa etária que ainda está tentando situar-se em termos de modelos e maneiras de viver, e cuja sensibilidade dependerá dos valores que serão internalizados nessa época.

Além disso, ao acompanhar o desenrolar dos shows pela TV e/ou pela internet, eventualmente sentem-se “poderosos”, uma vez que estão “decidindo” o destino de uns e excluindo outros. Tem-se um paradoxo nesse contexto, marcado pelo conflito entre o desejo de pertencer a um grupo, o desinteresse pelo diferente (uma vez que se busca sempre “os iguais”) e o simultâneo sentimento de isolamento e solidão.

A atração por um cotidiano que parece ser mais interessante e glamouroso do que o seu, sem se dar conta que hoje se vive num mundo cada vez mais esvaziado de solidariedade, fraternidade, respeito ao outro e a si mesmo, torna-se uma ameaça à alteridade e ao amplo exercício da cidadania. Nesse universo sem o outro e onde não há mais um vigilante absoluto (o Grande Irmão), que exercia um controle aterrorizante e totalitário, passa-se a uma forma sutil de sujeição pela sedução. O que se pretende mostrar é que não é possível excluir o outro impunemente: ele sempre volta, às vezes de forma violenta e explosiva.

Tanto por meio dos *sites* de relacionamento quanto pelo acompanhamento em tempo real ou não da rotina dos “confinados” dos *reality shows*, bem como pela participação nas decisões mais

importantes dos programas, o que se percebe é que parece haver certo descaso com o outro, que não raras vezes desemboca no desrespeito e na exclusão pura e simples. Exclui-se da “casa” assim como se “bloqueia” ou “ignora” aquele que não interessa. Não se “adiciona” alguém sem que sejam necessárias muitas explicações. Afinal, amanhã (ou logo mais...) pode aparecer alguém mais interessante.

O PAPEL DA ESCOLA: O RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE E A CONSTRUÇÃO DA TOLERÂNCIA

É pensando nessas questões que se deve tentar privilegiar na escola a discussão de temas como multiculturalismo, construção da cidadania e a valorização da dignidade humana. Segundo Maria Cândida Moraes, é preciso educar para uma cidadania global, o que significa

formar seres capazes de conviver, comunicar e dialogar num mundo mais interativo e interdependente utilizando os instrumentos da cultura. Significa preparar o indivíduo para ser contemporâneo de si mesmo, membro de uma cultura planetária e, ao mesmo tempo, comunitária, próxima, que, além de exigir sua instrumentalização técnica para comunicação a longa distância, requer também o desenvolvimento de uma consciência de fraternidade, de solidariedade e a compreensão de que a evolução é individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Significa prepará-lo para compreender que, acima do individual, deverá sempre prevalecer o coletivo.

Educar para a cidadania global requer a compreensão da multiculturalidade, o reconhecimento da interdependência com o meio ambiente e a criação de espaço para consenso entre os diferentes segmentos da sociedade (MORAES, 2000, p. 225).

É importante mostrar aos educandos quanto uma sociedade pode se tornar repressiva e insuportável quando a liberdade é sobrepujada à força por quem exerce o poder, subjungando a população e os direitos individuais.

Ambientes de aprendizagem que promovam uma prática pedagógica reflexiva e favoreçam oportunidades para conhecer e valorizar as diferentes culturas são capazes de contribuir para a construção de novos indivíduos. A escola pode ser um espaço capaz de reconfigurar as relações humanas, estabelecer momentos de cooperação, de diálogo e de conhecimento do outro.

A sala de aula e, principalmente as disciplinas das Ciências Humanas, favorecem o acesso à informação sobre diferentes culturas e facilitam o re(conhecimento) da diversidade através do contato com variadas atividades, textos e informações. Cria-se, dessa forma, uma consciência investigativa, crítica e comprometida, alavancando possibilidades de ver o outro como sujeito e não apenas ver o outro sob o olhar da indiferença, da discriminação e/ou da personagem “plástica” do *reality show*.

O trabalho dos professores pode fornecer informações mais adequadas sobre o uso dos instrumentos midiáticos, tais como televisão e computadores. É possível fazer com que a mídia, possa ser vista e utilizada para abrir múltiplos espaços de conhecimento sobre outro e reduzir o isolamento e o individualismo. Atividades de releitura desse instrumental são fundamentais para que redes telemáticas e de computador se tornem uma ferramenta de abertura ao mundo, ao público, ao compromisso e a um projeto de vida. É essencial que o professor, reconhecendo a importância da mídia e da informação, e aproveitando as novas capacidades dos jovens “pós-modernos”, perceba o conjunto de relações que existem na sala de aula e procure desenvolver uma prática que relacione tecnologias e pedagogias voltadas sempre para a realidade em que seu aluno se insere. Como não há informação neutra, é fundamental que professores e alunos adotem uma postura ativa para que seja possível fazer uma leitura crítica da informação.

A escola como instituição voltada para

a constituição de sujeitos sociais deve tentar mostrar as diversas formas de organização da sociedade, desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e grupos sociais, explicitando a pluralidade e o respeito ao outro como fator de fortalecimento das culturas e das identidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, v. 1 e 10.
- CANDAU, V. M. F. (org.). **Sociedade, educação e cultura(s).** Questões e Propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CORBIN, A. **Saberes e odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ELIAS, N. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 11 reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- _____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 2000.
- MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente.** 5 ed. Campinas: Papirus, 2000.
- ORWELL, G. **1984.** 17ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- RAGO, M. Políticas da (In)diferença: individualismo e esfera pública na sociedade contemporânea. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política.** Departamento de Psicologia, Universidade federal Fluminense, ano II, 1993.
- SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SENNET, R. O domínio público. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15-44.
- TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo:** educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. 5 impressão. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- ZUIN, A. A. S. A indústria cultural globalizada e os prejuízos da formação. In: LASTÓRIA, L. A. C. N. (org.). **Teoria crítica, ética e a educação.** Piracicaba/Campinas: Editora UNIMEP/Editora Autores Associados, 2001.